



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 27/2023

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA DE 30/11/2023

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES:

PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES

SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

ANTÓNIO FRANCISCO COSTA DA SILVA

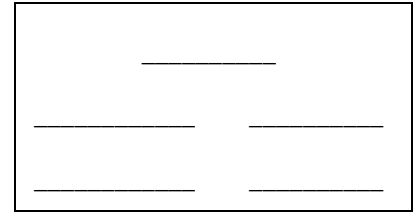
HORA DE ABERTURA: 16:00 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 18,50 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

CAIXA	€
FUNDOS DE MANEIO	€
FUNDO DE MANEIO 1-MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA.....	€
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO.....	€
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	€
FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS.....	€
FUNDO DE MANEIO 6 – TERESA MARIA PIRES PENETRA	€
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO.....	€
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS.....	€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830 – CAUÇÕES	€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	€
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	€



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às dezasseis horas, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão. -----

A ordem de trabalhos desta reunião é a seguinte: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta, no final da reunião;
- 2) Proposta de ratificação da 35ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa;
- 3) Proposta de deliberação sobre o parecer da DAUP 5627/2023, referente ao direito de reversão;
- 4) Proposta de Adjudicação e formalidades de subsequentes do ajuste direto por critérios materiais, para concessão de exploração do bar do Cineteatro Vianense;
- 5) Proposta de aprovação da minuta de contrato referente ao empréstimo de M/L prazo, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo;
- 6) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de concessão de autorização prévia para a assunção de Compromissos Plurianuais;
- 7) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de delegação, no Senhor Presidente da Câmara, da competência para assunção dos Compromissos Plurianuais, nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso), na atual redação;
- 8) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais (Grandes Opções do Plano 2024-2028 (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais) e Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2024-2028);
- 9) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2024.

Tratando-se de uma reunião extraordinária, entrou-se de imediato à Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

Ponto dois) Proposta de ratificação da 35ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa –

A Câmara ratificou, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva a 35ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa. -----



Ponto três) Proposta de deliberação sobre o parecer da DAUP 5627/2023, referente ao direito

de reversão – Interveio a Senhora Vereadora Sara Grou para pedir alguns esclarecimentos sobre a proposta em causa, nomeadamente sobre legalidade da venda do terreno a qualquer pessoa, dado que a Câmara só exercia direito de preferência se quisesse. -----

O Senhor respondeu que a Câmara não tinha qualquer interesse na compra, mas que a “pessoa interessada tinha pedido que a Câmara prescindisse do direito de reversão, o que não era possível porque existe um regulamento - acrescentou. -----

Assim, a Câmara não iria exercer o direito de preferência, mas não poderia “tirar aquela cláusula”. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e disse que, por ser um espaço público, a Câmara tinha direito de superfície e que os promotores podiam fazer alterações com autorização da Câmara. Em qualquer venda, a Câmara terá sempre a opção de preferência e, se algum dia o negócio terminar, revertia para a Câmara porque tinha direito de superfície. -----

Esclarecidas as dúvidas e submetida a aprovação, a proposta sobre o parecer da DAUP 5627/2023, foi aprovada, por unanimidade. -----

Ponto quatro) Proposta de Adjudicação e formalidades de subsequentes do ajuste direto por critérios materiais, para concessão de exploração do bar do Cineteatro Vianense – A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de Adjudicação e formalidades de subsequentes do ajuste direto por critérios materiais, para concessão de exploração do bar do Cineteatro Vianense. -----

Foi ainda aprovada a Minuta do Contrato a celebrar, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, a designação de trabalhadora Sandra Maria Correia Maurício Canelas, que acompanhará a execução da concessão em causa, nos termos do artigo 290º - A do CCP e que juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário, seja notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e prestar a caução devida, indicando expressamente o seu valor.

Ponto cinco) Proposta de aprovação da minuta de contrato referente ao empréstimo de M/L prazo, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana

do Alentejo – O Senhor Presidente, no uso da palavra, informou que aguardava o Visto do Tribunal de Contas. “Tinha sido um passo que não tinha sido dado e seria de esperar que o



Tribunal de Contas pedisse aquela deliberação.” Por uma questão de precaução, o assunto tinha sido submetido a aprovação da Câmara- referiu. -----

Depois da explicação do Senhor Presidente, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta da minuta de contrato referente ao empréstimo de M/L prazo, até ao limite de 800.000,00€, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo. -----

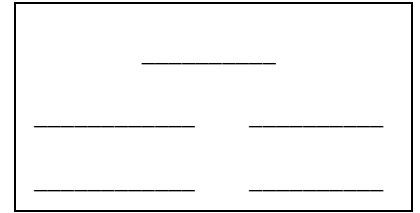
Ponto seis) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de concessão de autorização prévia para a assunção de Compromissos Plurianuais – Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a Proposta de pedido à Assembleia Municipal de concessão de autorização prévia para a assunção de Compromissos Plurianuais. -----

Ponto sete) Proposta de pedido à Assembleia Municipal de delegação, no Senhor Presidente da Câmara, da competência para assunção dos Compromissos Plurianuais, nas situações previstas no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso), na atual redação – Neste ponto da Ordem de trabalhos, usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva. Disse que “faria todo o sentido traçar as linhas gerais do que é que estava previsto, em termos Orçamento e das Grandes Opções do Plano” e sugeriu que, em seguida, se colocassem as dúvidas sobre aquelas matérias. O Senhor Vereador mostrou a sua disponibilidade para “dizer o que pensava”, mas que, antes de mais, gostaria de ouvir a análise do Município. -----

O Senhor Presidente concordou com a proposta do Senhor Vereador e salientou que, em relação ao Orçamento para 2024, tinha tido em conta as propostas apresentadas pelas forças política da oposição e que tinham sido abertas rubricas para incluir algumas dessas propostas que ainda não se concretizaram. -----

O Senhor Presidente acrescentou que algumas destas rubricas tinham valores residuais porque, não havendo projetos completos, ou Orçamento, não se podia prever, mas desde que a rubrica estivesse aberta era só “uma questão de injeção do Capital”. -----

Salientou, também, que caso aquele Orçamento fosse viabilizado, seria disponibilizado um apoio extraordinário às Juntas de Freguesia para o ano de 2024, devido ao aumento de 4% do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro. O Senhor Presidente explicou que este aumento era independente daquele que tinha sido comprometido com as Juntas de Freguesia. No entanto,



se for o caso de terem de trabalhar com o Orçamento de 2023, não poderão acrescentar os 4% nem fazer a atualização que estava prevista e combinada para 2024 –disse. -----

Neste contexto, informou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas estava a receber 7.690,02€ (sete mil seiscentos e noventa euros e dois cêntimos) e que com o acordo passaria a receber 8.868,02€ (oito mil oitocentos e sessenta e oito euros e dois cêntimos). Caso o Orçamento seja viabilizado, passará para 9.216,50€ (nove mil duzentos e dezasseis euros e cinquenta cêntimos), ou seja, cerca de 20% de aumento- acrescentou. -----

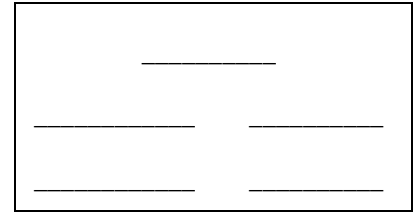
A Junta de Freguesia de Viana, que estava com a quantia de 6.456,11€ (seis mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e onze cêntimos), passaria para 7.601,16€ (sete mil seiscentos e um euros e dezasseis cêntimos). Com o acréscimo de 4%, somaria 7905, 20€ (sete mil novecentos e cinco euros e vinte cêntimos). -----

No que se refere à Junta de Freguesia de Aguiar, esta recebia 4.711, 63€ (quatro mil setecentos e onze euros e sessenta e três cêntimos) e passaria para 5.067,44€ (cinco mil e sessenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos). Com o acréscimo dos 4%, ficaria com 5.270,13€ (cinco mil duzentos e setenta euros e treze cêntimos). -----

O Senhor Presidente considerou muito importante a aprovação daquele Orçamento porque também estavam dependentes dele a concretização de obras importantes no Concelho, como é exemplo a obra da EBSIS, que se prevê chegar ao final do ano com cerca de 50% de execução, supondo-se que seja terminada no primeiro semestre de 2024. Para além disto, disse que havia também a candidatura para a requalificação da Escola Básica de Alcáçovas, a qual será muito importante para que haja condições dignas para a comunidade escolar. -----

Daquele Orçamento também dependia a construção dos dois Polos de Saúde, os quais já tinham sido assinados, e que “ficariam mais caros do que o valor que estava aprovado e contratualizado”. Disse o Senhor Presidente que seria marcada uma reunião, na semana seguinte, para ser discutida aquela situação, mas que não tinha a certeza se iriam financiar aquela diferença que existe entre os dois Polos de Saúde. -----

Assim, se se mantiver o Orçamento de 2023, não haverá verba para acrescentar ao custo da obra. O mesmo se passava com o Parque de Autocaravanas e com a Requalificação dos Tanques do Concelho porque todas elas ficam mais caras do que o que tinha sido previsto inicialmente. –



O Senhor Presidente informou também que pretendem candidatar os vales para incubadoras e aceleradoras cujos formulários deveriam estar disponíveis naquele dia, de modo a iniciar o projeto de transformação do Mercado de Alcáçovas numa incubadora virada para as atividades económicas, destacando a Arte Chocalheira e a Doçaria Conventual e Palaciana do Concelho. ----
Salientou, também, que naquele Orçamento havia o “peso do acréscimo dos valores dos salários, proveniente dos aumentos previstos por lei e também das atualizações feitas às carreiras dos trabalhadores.” -----

Relativamente às iniciativas, apenas acrescentaram o valor da inflação – acrescentou. -----
Ainda na sua intervenção, o Senhor Presidente voltou a referir que se o Orçamento for viabilizado, haverá possibilidade de fazer um concurso para as tendas das várias iniciativas, durante o ano todo, o que permitirá poupar “algumas dezenas de euros”. -----

Para as associações, mantiveram-se os mesmos valores, sabendo que houve algumas a quem a Câmara “ajudou um pouco mais”, tendo em conta as suas necessidades. -----

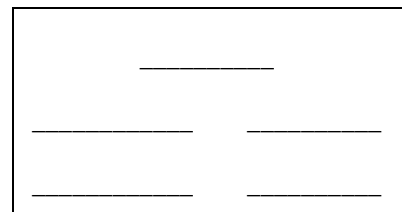
O Senhor Presidente disse que havia um valor refletido neste Orçamento e que ficava em causa a construção do Loteamento da Lindina, estando o Posto da GNR incluído neste loteamento. ----
Caso o Orçamento não seja viabilizado, não haverá verba para a construção do loteamento, logo, não haverá condições para as infraestruturas do Posto da GNR. -----

Por todas estas razões, o Senhor Presidente considerou de elevada importância a aprovação do Orçamento para 2024. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Vereador António Costa da Silva e disse que em 2021, a força política VIVA tinha proposto a redução da taxa do IRS de 5%, percentagem recebida pelo Município, para zero, de forma a beneficiar todos os contribuintes do Concelho de Viana do Alentejo. -----

Na altura, o executivo tinha negociado e a proposta tinha ficado em 2,5% e o VIVA tinha aceite. Neste sentido, o Senhor Vereador perguntou qual era o ponto de situação daquela proposta de 2021, em relação aos 5%. -----

O Senhor Presidente respondeu que entenderam que “seria justo manter, ainda, os 2,5%” porque tinha sido feita uma análise e constatou-se que quem beneficiava desta taxa eram munícipes com salários acima da média- disse. -----



Com a aprovação daquela proposta, a qual foi concretizada, a Câmara deixou de receber cerca de 150 mil euros, aproximadamente. -----

Uma vez que os Orçamentos não são “chorudos”, não há possibilidade “de fazer mais coisas que gostariam de fazer”, por isso, preferiram manter “aquela parte intermédia” –referiu. -----

Disse ainda que não era uma questão de afirmação e que todos sabiam que não deveria ser o executivo a fazer aquela redução, deveria ser o Poder Central. -----

De qualquer forma, e tendo em atenção a proposta feita pelo VIVA, analisou-se e fizeram-se contas, contactando-se que seria justo manter os 2,5%. -----

o Senhor Vereador António Costa da Silva voltou a intervir e afirmou que as propostas apresentadas pelo VIVA datam de 2021. -----

O Orçamento era sempre uma opção política e “quem ganha as eleições tem a legitimidade para fazer as suas propostas, e o Orçamento deverá estar ancorado nessas propostas- disse. -----

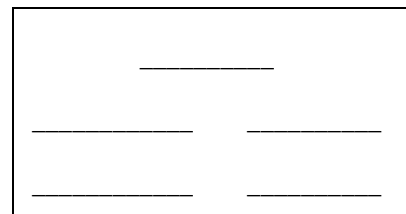
Neste âmbito, frisou que politicamente, o VIVA não se revia neste Orçamento nem nos Orçamentos do executivo, apesar de terem apresentado as suas propostas. -----

Disse o Senhor Vereador que neste Orçamento não havia estratégias, apenas alguns projetos e ideias,” mas sem uma visão de futuro”. Faltava-lhe criatividade e “era tudo mais do mesmo”. ----

Em sua opinião, o Orçamento continuava a não corresponder às verdadeiras necessidades do Concelho de Viana do Alentejo e realçou o facto de “não terem sido vistos nem achados”, nas propostas prioritárias apresentadas, no âmbito do Plano de Ação da CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, pelo Município de Viana do Alentejo. Acrescentou, também que os projetos de investimento para os próximos anos, que ultrapassam o fim do mandato do executivo, não chegaram atempadamente e não houve qualquer discussão sobre aquilo que são as prioridades para o Concelho. Disse o Senhor Vereador que as propostas, no âmbito da CIMAC, “chegaram já decididas e apresentadas” -----

Voltou a referir que a sua força política tinha apresentado dez propostas em 2021 para viabilizar o Orçamento de 2022. Em 2023, estavam a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2024 e as sugestões que apresentaram continuavam sem resposta. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que “fosse como fosse viabilizar um Orçamento daquela natureza, seria, de certa forma, continuar a viabilizar aquilo que se está a fazer na atualidade”. -----



Disse, ainda que, todos tinham conhecimento que a Câmara Municipal de Viana do Alentejo era proprietária de diversos edifícios existentes no Concelho, que estão devolutos, e foi adquirindo mais, que estando fechados, ou não sendo usados, aumenta a sua degradação. -----

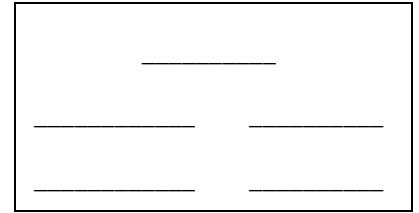
Na sua perspetiva não se “vislumbrava qualquer atividade para a maioria desses equipamentos”. -----

Olhando para as propostas e montante alocados para muitos desses edifícios, não se via “grandes investimentos”, mesmo aqueles que o Senhor Presidente, numa reunião, tinha apresentado como “drafts” das intenções que tinha, mas que “estariam muito longe daquilo que os deixaria entusiasmados”. Neste âmbito, referiu-se à intervenção no Mercado de Alcáçovas, que deveria ser um espaço de inovação e mencionou também o cinema de Alcáçovas, que não estava definido como intervenção prioritária, assim como outros, onde não estavam previstas grandes intervenções. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que percebia que houvesse uma expectativa em relação a fundos comunitários para alguns desses projetos, mas que para outros “nem sequer havia um esboço nem nada que os entusiasmasse”. -----

Continuando a sua intervenção, destacou no Orçamento e nas prioridades do Município a ausência de obras nos Centros Históricos de Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo, nomeadamente, a nível da Reabilitação Urbana. Para além disto, destacou também o retrocesso na área de investimento do património do Concelho de Viana do Alentejo. Disse que “a lentidão já era velha, mas que a situação se agravava naquilo que eram investimentos patrimoniais do Concelho e alguns, recentemente intervencionados, tinham grandes mazelas”. Neste contexto, elucidou com o caso do Paço dos Henriques, que já tinha salitre, e não se anteviam “mexidas” no espaço, que foi intervencionado há poucos anos e que, em alguns sítios se notava um nível de degradação muito grande. -----

Relativamente ao Bairro Social de Aguiar, afirmou que “não avançava”. Havia esboços, mas não havia projetos e que, na prática, já estavam com mais de dois anos de atraso. Disse que “estavam enfiados numa teia burocrática, correndo o risco de as obras não virem a ser concluídas, em finais de 2025. Neste contexto, referiu que “via ali um problema muito grande, provocado pela inércia do executivo e que tinha sido entregue a uma empresa que nada fazia”. O Senhor Vereador lembrou que tinha havido uma reunião com uma equipa técnica que tinha



prestado esclarecimentos à população e que “tinha sido um verdadeiro filme de terror”. -----
Apesar de haver um levantamento e alguns trabalhos realizados, “estava-se muito aquém” do
que era suposto e o tempo passava rápido. -----

Uma obra daquela dimensão, que teria de terminar até 31 de dezembro de 2025, com chaves
entregues às pessoas até junho de 2026, que são as regras do PRR – Plano de Recuperação e
Resiliência e com todos os procedimentos legais, desde prazos das candidaturas, decisão das
candidaturas do PRR, Vistos do Tribunal de Contas, tempo do concurso público da obra e tempo
de execução, não acreditava que fosse possível- disse. -----

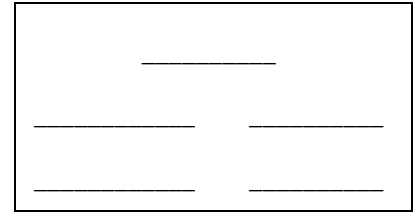
O Senhor Vereador, ainda cético, disse que poderia ser surpreendido e, nesse caso, “daria a
mão à palmatória”. -----

Disse também que a avaliação que o VIVA fazia ao trabalho do executivo era negativa. “Viana
não passava da cepa torta” e lembrou as propostas que tinha apresentado em 2021 e que o
executivo tinha aceiteado, mas que não tinham sido executadas em 2022 e também não seria em
2023. Realçou o caso do IRS, como já tinha sido referido, a criação do Centro Tecnológico de
Preservação da Arte Oleira, em Viana do Alentejo, que não tinha sido cumprida, com dois anos
perdidos, o espaço de incubação da atividade chocalheira, em Alcáçovas, na adaptação do
Mercado Municipal, a Área de Acolhimento Empresarial, em Aguiar, a criação de condições para
o alargamento das Zonas Industriais de Viana e Alcáçovas, criação do Observatório do Tratado
das Alcáçovas, no Paço dos Henriques, criação do Projeto Ecoágua - Aproveitamento de Água Da
Chuva e Reciclagem de Água e refuncionalização dos fontanários, Requalificação do Bairro Social
de Aguiar, criação do Centro Interpretativo da Arte Chocalheira e criação do Gabinete de Apoio
ao Associativismo. -----

Disse o Senhor Vereador António Costa da Silva que, nestes dois anos solicitaram projetos
técnicos e nada foi cumprido, o que equivale a “dois anos perdidos”. Na sua perspetiva, a não
ser que haja uma vontade radical de mudar, “continuará a faltar proactividade, em especial do
Presidente, a quem compete o desenvolvimento da economia local”. -----

O Senhor Vereador reconheceu a “fragilidade” do Concelho, realçando que havia um ou outro
investimento externo na área do turismo, mas que se vivia numa passividade e que bastava
“olhar para a Zona Industrial e ver o declínio nos últimos doze ou catorze anos. -----

Ainda que haja algumas rubricas abertas para estudos, estes já deviam ter sido executados,



como era o caso da continuação da Requalificação das Zonas Industriais e criação da nova. Nada disto aconteceu- afirmou. -----

O Senhor Vereador afirmou que a nível de incentivos para a captação de empresas, outra área que defende, “para o Município não existe”. -----

Em sua opinião, o Concelho continua a necessitar de um verdadeiro projeto que aposte, fortemente, num apoio proativo da economia local, criando incentivos ao investimento e condições de atratividade económica e desenvolvimento, através da divisão de apoio investimento, procurando diversificar o tecido económico, de forma a tornarmo-nos mais resilientes às crises que atravessamos- afirmou. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal de Viana do Alentejo precisava de um projeto que priorizasse o planeamento, criando e desenvolvendo um Gabinete de Planeamento Estratégico e de Projetos que pudesse dar assessoria técnica à Câmara Municipal. Materializar uma estratégia de desenvolvimento do Concelho e que fizesse a ligação às instâncias regionais e nacionais para conhecimento e apresentação de candidaturas para programas nacionais e comunitários. Para além disso, deveria ser um projeto que tivesse uma versão transversal da educação, da cultura e do desporto, do associativismo e da juventude, que investisse nas políticas sociais, uma vez que cabe ao Estado, também, e à Administração Local a correção dos desequilíbrios sociais e proteção dos mais desfavorecidos. E ainda um projeto “que não abandonasse à sua sorte os pequenos negócios, os agricultores, os artesãos e que estimule a atividade do mundo rural. -----

No seu ponto de vista, quer o Orçamento para 2024 quer as Grandes Opções do Plano2024/2028 refletiam o “vazio de ideias” e Projetos de Desenvolvimento Estratégico. limitando-se à gestão casuística e desarticulada do dia -a dia – afirmou. -----

Assim, considerando o Orçamento previsto para 2024, na sua opinião, não se preveem “grandes melhorias em relação ao passado” - disse. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva chamou a atenção para as candidaturas aos fundos comunitários, para as quais não devia haver “esse medo”, tendo em conta que as rubricas são plurianuais. -----

Para além disto, o Senhor Vereador, referiu-se, ainda, à requalificação das estradas, pois algumas estão bastante degradadas, como é o caso da estrada que liga Alcáçovas a Alcácer do



Sal e também a estrada de S. Bartolomeu do Outeiro. -----

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador António Costa da Silva e disse que respeitava a sua opinião, mas que não concordava com ela. No entanto, disse que reconhecia que havia, no programa político da sua candidatura, determinados projetos que não foi possível concretizar até ao momento porque foi preciso mudar de estratégia. Esta situação deveu-se ao facto de se terem deparado com obras que não tinham começado e alguns projetos que “vinham do anterior executivo e que seria de uma inconsciência política se tivessem deixado cair esses investimentos” – afirmou. -----

A obra da EBSIS foi um desses projetos que foi sugerido que “se deixasse cair”, mas que o executivo tudo fez para que ele fosse uma realidade. Isto teve as suas repercussões e, para que esse projeto fosse concretizado, o executivo teve de abdicar dos seus projetos – explicou. -----

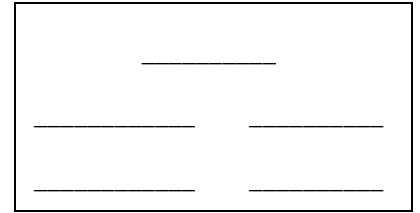
O Senhor Presidente disse que aquele dinheiro a mais que se gastou na obra da escola, poderia ter sido gasto noutras” e acrescentou que outras obras iriam iniciar-se em breve, tais como os novos Polos dos Centros de Saúde de Alcáçovas e Aguiar, a obra de Requalificação dos Tanques e a Área de Serviço para o Autocaravanismo. Por este motivo, o Senhor Presidente disse que não se poderia dizer que “era mais do mesmo”. -----

Considerou que havia duas diferenças no princípio dos mandatos, ou seja, aqueles que iniciam o mandato pela primeira vez e aqueles que continuam o mandato e dão seguimento às coisas. ----

No seu caso, tiveram de fazer opções e novos projetos para executar as obras e referiu que era do conhecimento de todos que estes dois anos “eram justos para fazer projetos”, sobretudo nesta altura em que se está no fim de quadro comunitário e não há empreiteiros, projetistas e empresas para se fazerem parcerias de planos estratégicos. -----

O Senhor Presidente disse que havia princípios de projetos, preparados para se começar e outros que estavam na primeira fase. No entanto, se não houver fundo comunitários não fazem obras- disse. -----

Disse, ainda que, neste momento, não havia dinheiro para a Requalificação dos Centros Históricos e que não se previa verbas para esse fim. As rubricas estavam abertas e caso aparecessem esses Avisos, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, seria uma das candidatas a esses Avisos – disse. -----



Reconheceu que, em relação à Estratégia Local de habitação, há atrasos e que não tem “levado o ritmo desejado”, mas que, dentro de algum tempo, seriam adjudicados os projetos que já tinha apresentado. -----

O Senhor Presidente disse, ainda, que em relação a outros concelhos, “o Concelho de Viana não estava assim tão atrasado” e que Viana tinha investimentos particulares. “As pessoas confiavam no Município” e a prova estava na transformação que se tinha feito na DAUP – Divisão Urbanística e Processual. Os munícipes têm estado a regularizar os seus processos, mas ainda havia muito para fazer- disse. -----

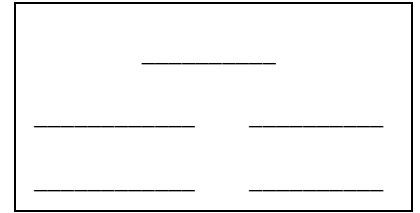
Relativamente à criação do Gabinete de Apoio ao Associativismo, referiu que “não era uma coisa assim tão simples, porque era preciso ter pessoas para esse serviço”. Apesar de não ter sido ainda criado, as associações continuam a ter todo o apoio que é necessário, por parte do Município. -----

No que diz respeito aos incentivos à captação das empresas, passava muito por “uma boa resposta” em termos dos projetos. Os empresários procuravam o Município e “ele também os procurava porque os projetos não caíam do céu” – disse. Estes eram feitos através de contactos e de pesquisas de empresas que pretendiam investir. -----

Em relação à Zona Industrial de Viana, lembrou que tinham sido criados lotes para venda, onde já havia construções. Em Alcáçovas, não se podiam pôr lotes à venda por uma questão de ilegalidade, em virtude da alteração do PDM – Plano Diretor Municipal. Em breve, seria publicado em Diário da República o novo PDM e a seguir já seria possível pôr à venda aqueles Lotes- explicou. Quanto à Zona Industrial de Aguiar, disse “que hoje era uma realidade”, tendo em conta que havia terreno adquirido e uma proposta de projeto, mas que só poderia ser construída se houvesse fundos comunitários. -----

Referindo-se ao Orçamento, disse que “este também não era o do executivo e que teve de ser adaptado a uma realidade que aquela casa trazia”. Explicou que mesmo que houvesse pontos com os quais não concordava, é certo que havia outros que estavam “bem iniciados” e optaram por seguir essas propostas e concretizá-las. -----

Aludindo à intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, disse que “não tinha feito qualquer chantagem, que tinha dito o que era a realidade, pois, se o Orçamento não fosse aprovado, não poderia continuar com os projetos que estavam curso. As propostas novas só



poderão ser concretizadas, depois de se terminarem as que estão a decorrer porque o Orçamento do Município não é um “Orçamento chorudo” - afirmou. -----

O Senhor Presidente destacou, ainda, a obra da Escola Básica de Alcáçovas, que tinha sido uma situação que surgiu inesperadamente e que o executivo “aproveitou desde o primeiro minuto”.

Este é um investimento importantíssimo para o Concelho e se “canalizar para aquela obra quase 2 milhões de euros, não se poderá canalizar para outro lado” –disse. -----

Apesar de se saber que são obras financiadas, mas esse dinheiro tem de estar “cativo nas rubricas porque primeiro tem de se pagar e só depois é que se recebe”. -----

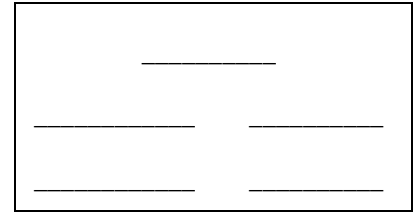
Em relação às obras no cinema de Alcáçovas, o Senhor Presidente disse que as rubricas que existiam, no momento, iriam ser reforçadas com a introdução de saldo, “que passa de um ano para o outro”. O Senhor Presidente explicou que algumas das rubricas “não estavam valorizadas com o dinheiro necessário para as suas obras” e uma intervenção naquele cinema custaria mais de 200 mil euros. -----

Sobre as propostas que foram apresentadas pela força política VIVA, disse que não tinham sido cumpridas na totalidade, mas que “iam ao encontro delas”, embora não fosse ao ritmo que gostariam. Mencionou que estavam a ser feito um levantamento para o Centro Interpretativo e Tecnológico de Preservação da Arte Oleira e que o Espaço da Incubadora das Atividades Chocalheiras para o Mercado de Alcáçovas estava bastante avançado, até com uma candidatura já preparada para dar início àquele processo. -----

Relativamente ao Observatório do Tratado de Alcáçovas, disse que “não tinham dado qualquer passo” e que havia várias propostas para a questão do projeto Ecoáguas, mas nada de concreto que pudesse apresentar. -----

Quanto ao Bairro Social de Aguiar, assunto já tratado, o Senhor Presidente disse que discordava da opinião do Senhor Vereador António Costa da Silva, quando disse “passaram dois anos e nada foi feito”. O Senhor Presidente afirmou que “passaram dois anos e não está pronto” e que nestes dois anos muito se tinha feito. -----

Quando se referiu ao Centro Interpretativo, o Senhor Presidente lembrou que já existia um no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, embora não fosse aquele que o executivo gostaria que fosse. Neste caso, se se tem de “desviar algumas verbas para outras obras que não estavam previstas, é preciso optar e ter preferências”. Como tinha sido referido pelo Senhor Vereador



António Costa da Silva, “eram decisões políticas”, mas essas decisões tinham de ir de encontro às necessidades do Concelho. -----

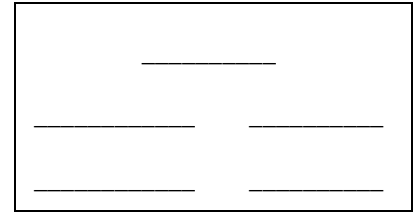
O Senhor Presidente reforçou que a “questão não era chantagear, mas que aquele Orçamento trazia a possibilidade de terminar várias coisas para começar outras”. Referiu que, no caso das Juntas de Freguesia, poderia haver mais apoio porque, se recebiam mais, podiam dividir mais. Neste contexto, acrescentou que quando diz que apoia a Juntas de Freguesia, é os fregueses que está a ajudar, até porque cada uma das Juntas de Freguesia tem a sua cor política e, nesse aspeto, “está descansado” – disse. -----

O Senhor Presidente salientou ainda que “uma coisa é uma avaliação e outra coisa é uma prestação de contas, que é feita em abril” e dirigindo-se ao Senhor Vereador António Costa da Silva, disse que se até poderia concordar se ele fizesse uma análise dessa prestação de contas e apontasse alguns dos projetos que não foram concretizados, mas que não pode concordar se o Orçamento for inviabilizado, pois que põe em causa tudo o que possa vir a fazer para o próximo ano. -----

Disse que o referido Orçamento ia de “encontro ao que tinha sido pedido, embora com atraso”, inclusive, estavam reforçadas as rubricas, com vista à concretização dos projetos e que também pretendiam reforçar o Mapa de Pessoal, para “ir de encontro aos projetos que têm de ser feitos”. Salientou que se houver uma equipa de projetos no Município, torna-se mais fácil do que trabalhar com uma empresa externa, para além do dinheiro que se pode “poupar”. ----- Neste sentido, o Senhor Presidente referiu “que pensavam no futuro e pensavam nas contas” e que havia divergências, “mas que isso eram formas de estar e de fazer”. Disse, ainda, que esta forma de trabalhar estava a “dar frutos” e que, por isso, “iam sendo reconhecidos pelas Delegações Regionais”. -----

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva, que usou uma expressão de um humorista português, “Onde é que estavas no 25 de Abril”. Naquela situação, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara “Onde estava no dia 25 de setembro de 2021”, uma vez que, naquela data era Vereador naquela Câmara. Por esse motivo, “tinha obrigação de ter conhecimento pleno de tudo quanto estava em cima da mesa no Concelho, quando se propôs a fazer promessas eleitorais” –disse. -----

Prosseguindo a sua intervenção, disse que se viesse a candidatar-se, novamente, em 2025, o



ViVA tinha obrigação de saber tudo o que se passava no Concelho, desde as obras que estavam em execução, à falta de pareceres, entre outros. Referiu que era a obrigação de alguém que “andava naquelas andanças” e que, olhando para o ponto de situação, dizia: “Este é o pacote de assuntos que tenho de resolver. -----

O Senhor Vereador, fez a distinção entre aquilo que” era o seu projeto” (problemas que tinha de resolver) e aquilo que era o conjunto de propostas e capacidades de fazer e até de arriscar, para o bem do Concelho. Neste âmbito, reforçou que não “vislumbrava num Presidente que tinha sido Vereador e que “tinha um histórico e quando chegou o dia 26 de setembro, tinha tido um apagão do tempo que passou na Câmara.” -----

Em relação aos compromissos, disse que “eram uma coisa terrível” porque, em 2021, as propostas que tinham apresentado, não tinham uma obra e tinham de ter de criado os alicerces para aquelas obras. Nada tinha sido feito, apenas “passaram uma esponja sobre elas. -----

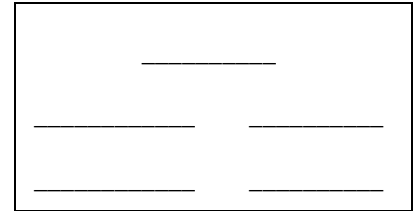
Contextualizando, referiu que quando estavam a viabilizar um Orçamento, com o qual não concordavam, tinham de ter em conta tudo o que conseguiam introduzir, em termos de melhorias, no Orçamento, sabendo das limitações “Quem não ganha, não governa” - afirmou. --

-

A transferência tem como fim o apoio à 25ª Semana Cultural e participação no almoço comemorativo do 50º da reunião dos Capitães de Abril, no Monte do Sobral-

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio para questionar qual o motivo por que estariam a tratar daquele assunto naquele dia, uma vez que poderia ter sido numa reunião ordinária.

O Senhor Presidente respondeu e disse que se a pergunta não tivesse sido colocada, ele daria a explicação. Assim, recordou que na última reunião, tinha havido uma alteração ao Orçamento, onde tinha sido colocada esta verba na rubrica certa. Devido a um lapso, este ponto não constou da Ordem de



Trabalhos. Disse ainda que tinha havido a preocupação de se colocar o dinheiro na rubrica, mas que houve uma falha e o ponto não foi incluído. -----

Tendo em conta que a Junta de Freguesia necessita da verba, foi decidido realizar esta reunião para dar andamento ao assunto, sem ter de aguardar pela próxima reunião ordinária. -----

O Senhor Presidente agradeceu a disponibilidade de todos para a resolução daquele assunto-. -----

A câmara deliberou aprovar por unanimidade a submissão à Assembleia Municipal do pedido de transferência de verbas para a Freguesia de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

A transferência tem como fim o apoio à 25ª Semana Cultural e participação no almoço comemorativo do 50º da reunião dos Capitães de Abril, no Monte do Sobral.

Eu,
subscrevi

,Assistente Técnica da DGR, a

O Presidente,

Os Vereadores,

_____	_____
_____	_____

_____	_____
_____	_____